

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

CONCELHO DE CARREGAL DO SAL

RELATÓRIO

- 0. INTRODUÇÃO**
 - 0.1. ANTECEDENTES**
 - 0.2. PLANO – ASPECTOS FUNDAMENTAIS**
- 1. SÍNTESE DOS ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO**
 - 1.1. APRESENTAÇÃO**
 - 1.2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA**
 - 1.2.1. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA**
 - 1.2.1.1. PRECIPITAÇÃO**
 - 1.2.1.2. TEMPERATURA**
 - 1.2.1.3. VENTO HUMIDADE**
 - 1.2.2. MORFOLOGIA**
 - 1.2.2.1. ALTIMETRIA**
 - 1.2.2.2. DECLIVES**
 - 1.2.2.3. HIDROGRAFIA**
 - 1.3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA**
 - 1.4. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA**
 - 1.4.1. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO**
 - 1.5. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA**
 - 1.5.1. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA**
 - 1.5.2. CARACTERIZAÇÃO SECTORIAL ECONÓMICA**
 - 1.5.2.1. SECTOR PRIMÁRIO**
 - 1.5.2.2. SECTOR SECUNDÁRIO**
 - 1.5.2.3. SECTOR TERCIÁRIO**
 - 1.6. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL**
 - 1.6.1. ENSINO**
 - 1.6.2. SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL**
 - 1.6.3. EQUIPAMENTO CULTURAL, RECREATIVO E DESPORTIVO**
 - 1.6.4. OUTROS EQUIPAMENTOS**
 - 1.7. CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA**
 - 1.7.1. INFRA ESTRUTURAS**
 - 1.7.1.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA**
 - 1.7.1.2. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS**
 - 1.7.1.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**
 - 1.7.2. AGLOMERADOS URBANOS**
 - 1.8. USO DOMINANTE DO SOLO**
 - 1.9. REDE RODOVIÁRIA**
- 2. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO PLANO**
 - 2.1. PLANTA ACTUALIZADA DE CONDICIONANTES**
 - 2.2. PLANTA DE ORDENAMENTO**
 - 2.3. REGULAMENTO**
- 3. PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO**
 - 3.1. TENDÊNCIAS RECENTES DE EVOLUÇÃO DO CONCELHO**
 - 3.2. O CONCELHO NO QUADRO REGIONAL – REGIÃO CENTRO**

3.3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

**3.3.1. CONDICIONANTES ESPECÍFICOS DO DESENVOLVIMENTO
CONCELHIO**

3.3.2. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

3.3.3. OBJECTIVOS DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

3.4. PROPOSTAS SECTORIAIS

3.4.1. REDE VIÁRIA

3.4.2. TRANSPORTES

3.4.3. INFRA ESTRUTURAS URBANAS

3.4.4. AMBIENTE

3.4.5. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

3.4.6. HABITAÇÃO

0. INTRODUÇÃO

A realização do Plano Director Municipal do Concelho de Carregal do Sal por revisão do anterior constitui desde o seu início um desafio para a Autarquia e a população do Concelho

Em primeiro lugar não se pode esquecer que o anterior Plano foi publicado em 13 de abril de 1994 e que, portanto, num curtíssimo espaço de tempo se revelou ineficaz para dar resposta às questões diariamente colocadas pela população e pelo súbito crescimento económico do Concelho

De facto em pouco mais de seis anos o Concelho assistiu a profundas alterações em todos os aspectos e é patente à vista a transformação que o território sofreu

O continuado investimento na Indústria, aliado à crescente facilidade de acessos, criou uma nova dinâmica no Concelho, em especial em Carregal do Sal e Cabanas de Viriato

O parque habitacional aumenta diariamente, quer ao nível de habitação colectiva, quer ao nível de habitação unifamiliar

Novos equipamentos foram criados e novas necessidades têm que ser atendidas

É neste quadro que surge a necessidade de rever o PDM com vista a torná-lo capaz de melhor dar resposta às novas situações de toda a população

Assim, foram revistos todos os estudos analíticos efectuados actualizando-os e renovando alguns aspectos gráficos em face da nova cartografia digital disponível

É óbvio que foi nos sectores sócio- económicos onde se registaram novas e significativas alterações, todavia os aspectos infra estruturais conferem também uma imagem de modernidade ao Concelho

0.1. ANTECEDENTES

A execução do PDM de Carregal do Sal remonta a 1987, quando por decisão dos quatro Municípios que formam o Gabinete de Apoio Técnico de Santa Comba Dão (Mortágua, Tondela, Santa Comba Dão e Carregal do Sal) se deu início à execução de um Plano Intermunicipal de Ordenamento que se pretendia articular com o PROZAG – Plano Regional de Ordenamento do território para a zona envolvente das Albufeiras da Aguieira, Coiço e Fronhas – em curso à data

Entretanto por dificuldades de cariz técnico e porque é alterado o quadro Legal, para a realização destes documentos Decreto Lei 69/90, foi decidido que cada Município executasse o seu próprio Plano Director Municipal, deixando cair o Plano Intermunicipal então em curso

Foi contratada uma equipa externa para a realização dos quatros Planos tendo por base os estudos efectuados no âmbito do Plano Intermunicipal

Encontra-se aqui uma primeira razão para alguns erros e omissões do Plano em fase de estudos com várias lacunas e grosseiros erros

Assim, o início dos trabalhos remonta a Novembro de 1990, tendo a Comissão Técnica reunido em princípios de 1991

A Equipa externa apresenta a Proposta do Plano em 1992, após o que a Câmara Municipal de Carregal do Sal decide terminar o Plano com a responsabilidade do seu técnico Municipal à época, o Sr. Arquitecto António Duarte

Em 1995 é publicado em Diário da República o PDM de Carregal do Sal

É já em 1996 que se verifica que o documento tem que ser revisto tendo em Março de 1997 sido enviado à CCRC o pedido de revisão que se transcreve:

“ Ao fim de quase três anos de vigência do Plano Director Municipal de Carregal do Sal, poder- se- á efectuar um balanço decorrente da prática de Gestão Urbanística a partir de tão importante documento.

Ao longo da utilização do PDM foram surgindo sucessivos problemas que traduziram um certo desfasamento do documento com a realidade e que se enumeram sinteticamente.

1- Não delimitação como perímetros urbanos ou de edificado de vários lugares e aldeias há muito existentes;

2- A delimitação de índices urbanísticos muito gerais e manifestamente reduzidos nalguns casos tratando por igual zonas consolidadas de edificações e zonas de expansão;

3- A total ausência de unidades operativas de gestão nos grandes núcleos urbanos – Carregal do Sal, Cabanas de Viriato, Oliveira do Conde – criando desigualdades de ocupação do solo por aplicação de um único índice urbanístico, algo restrito e permitindo a construção quase livre em terrenos contíguos desde que entre construções;

4- Um regulamento muito generalista com imensas lacunas e sem definições de conceitos nele expressos;

5- A alteração da estrutura viária decorrente da criação de uma auto estrada atravessando o concelho e não prevista no PDM (somente prevista uma variante à EN 234);

6- A correcção do traçado da linha da Beira alta deslocando limites de classes de uso do solo e novos viadutos e locais de atravessamento da mesma;

7- O contínuo investimento no Concelho criando constantemente a necessidade de se possuírem novos espaços industriais, dado que os previstos em PDM para um horizonte de 10 anos estão já praticamente esgotados;

Os considerandos expostos não colocam em causa o mérito do trabalho desenvolvido para a execução do actual PDM, todavia pensamos que estes desfasamentos apontados surgiram devido ao fortíssimo crescimento económico do Concelho pois se ocorresse o contrário não haveria solicitações de construção, e como tal não se daria conta destes problemas que na realidade se configuram como erros e omissões em face do exposto e porque os serviços se deparam com uma crescente dificuldade de resposta perante os legítimos anseios da população e ainda porque não é possível estar a executar continuamente planos de urbanização e de pormenor para ultrapassar estas situações, somos do parecer de se rever o Plano Director Municipal de Carregal do Sal.”

Em 1997 é decidida superiormente a revisão do PDM através de Despacho n.º 10120/ 97 publicado em Diário da República n.º 252 de 30 de Outubro de 1997 IIª Série

O Plano foi executado pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Carregal do Sal sob a orientação de um Coordenador

0.2. O PLANO – ASPECTOS FUNDAMENTAIS

O PDM deve de ser encarado como um processo contínuo de avaliação e enquadramento de propostas para o crescimento e desenvolvimento dentro de uma estratégia e objectivos por ele definidos para o seu horizonte temporal

A proposta apresenta-se para um horizonte temporal de dez anos e visa estabelecer uma prática de gestão territorial para o enquadramento das diversas solicitações de investimento a que o território está sujeito

O Plano surge como sede de um modelo de desenvolvimento com uma estratégia e objectivos definidos

Pretende-se conjugar os interesses económicos com a salvaguarda dos valores naturais e a necessária qualificação do espaço através deles a melhoria das condições de vida dos seus habitantes

O Plano pretende-se como base orientadora e flexível para permitir variações criativas de estruturação tridimensional do território quer ao nível do edificado quer ao nível de estruturação de paisagem natural

O Plano é também uma base para o desenvolvimento de outros Planos e estudos em maior detalhe e que vivamente são aconselhadas para um maior rigor na estruturação do território

O Plano deverá ser também elemento patrimonial numa perspectiva integrada em relação ao Plano de Actividades e Orçamento do Município

Por último convirá afirmar que o documento que se apresenta resulta de um esforço grandioso de todos os que nele se empenharam de uma forma abnegada e profissional

Não se pode olvidar o apoio constante do Executivo Municipal, e em particular do Sr. Presidente o Sr. Atílio dos Santos Nunes, obreiro de tão grandes alterações e êxitos no Concelho

1. SÍNTESE DOS ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

1.1 APRESENTAÇÃO

Constitui objectivo deste capítulo a exposição de um resumo sectorial de caracterização do território na área de intervenção do Plano Director Municipal, localizada no Distrito de Viseu e na Região Centro

A área em estudo pelo PDM é constituída pelo território Concelhio de Carregal do Sal

O Conjunto de estudos visou a caracterização de todo o território como suporte físico natural para as actividades humanas, bem como o resultado da sua acção, ou seja o suporte humanizado

1.2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

O objectivo da análise consistiu em definir as características da paisagem e recursos naturais do território

Esta análise baseou-se na recolha de cartografia temática de base publicada, bem como monografia, relatórios e trabalhos publicados, contacto com entidades e verificação no terreno

Os temas analisados foram os seguintes:

- Clima
- Geologia
- Morfologia
- Altimetria
- Declives
- Hidrografia

1.2.1. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

Para a caracterização da área em estudo utilizaram-se mapas de valores climatológicos do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica da zona, de que se apresentam dados sobre a temperatura, vento e humidade relativa, por se considerarem os mais importante

1.2.1. PRECIPITAÇÃO

De acordo com os dados constantes do Atlas, a área em estudo situa-se nas isolinhas de 800^{mm} e 1200^{mm} para valores anuais

Os meses de Inverno representam os meses de maior pluviosidade ultrapassando 150^{mm}/mês correspondendo aos meses de Verão a estação seca com uma época particularmente intensa nos meses de Julho e Agosto

Observando o Atlas do Ambiente verificamos que os valores médios anuais situam-se entre os 75 e 100 dias de chuva por ano

1.2.1.2 TEMPERATURA

Da análise efectuada resulta genericamente a constatação de valores característicos do nosso País e da Região com a temperatura a atingir os mínimos no Inverno sendo os meses de Dezembro e Janeiro os pontos críticos com as temperaturas médias mensais inferiores a 10°. Os máximos atingem-se no Verão de Julho a Setembro com as médias a ultrapassarem os 18°

1.2.1.3 VENTO

Os ventos são predominantemente do quadrante Nascente e Poente, com valores médios anuais atingindo máximos médios oscilando entre os 6 e 20 km/h conforme extracto do Atlas do Ambiente que se apresenta

1.2.1.4 HUMIDADE

Os valores apresentados permitem concluir ser o período de Novembro a Março o de maior intensidade da humidade relativa em que às 9h e 21h se atingem níveis de saturação superiores a 80%. Observando o Atlas do Ambiente verificamos que a região apresenta valores médios anuais de entre 70 a 75%

1.2.2 MORFOLOGIA

1.2.2.1 ALTIMETRIA

Sobre a cartografia disponível na Escala 1:25 000, desenvolveu-se o estudo da altimetria considerando intervalos de 50 em 50 metros para a definição das classes orográficas, conforme carta orográfica em anexo, apresentada na escala 1:25 000. A área revela genericamente zonas de relevo suave apresentando encostas de relevo muito acentuado nas zonas Norte e Sul, respectivamente sobre os Rios Dão e Mondego

1.2.2.2. DECLIVES

A elaboração de uma planta de declives é indispensável, pois o declive condiciona de modo sensível o Ordenamento do território

Para analisar a declividade dos terrenos foram estabelecidos três grandes escalões à escala 1:25 000, com o seguinte critério:

- Inclinações menores de 8% - zonas sem limitações
- Inclinações entre 8% e 15% - zonas com fracas limitações
- Inclinações entre 15% e 30% - zonas com fortes limitações
- Inclinações maiores de 30% - zonas com severas limitações

Da análise feita à planta concluímos que esta zona é pouco declivosa na sua grande parte central, com poucos declives superiores a 8% ou entre 8% e 15%, sendo as zonas dos núcleos urbanos as com os declives suaves, na ordem dos 5% a 10%, apresentando todavia declives vigorosos nas encostas sobre os Rios Dão e Mondego

1.2.2.3 HIDROGRAFIA

A Planta representa a rede hidrográfica do Concelho, dominado pelas duas bacias do Dão e do Mondego

1.3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Carregal do Sal, anteriormente designado por Carregal, evoluiu graças à sua situação geográfica e ao facto de possuir excelentes vias de comunicação, que estabelecem ligação internacional.

As referências ao povoamento desta região são muito remotas, para além da Anta da Lapa da Orca, podem ver-se outros testemunhos Neolíticos e Romanos espalhados por todo o Concelho e que denotam uma presença humana. São disso exemplo os vestígios de antigas

vias romanas, as lagaretas e outros achados em cerâmica, bronze e pedra lascada, os quais têm sido objectos de estudo e recuperação.

O seu nome derivou de uma gramínea chamada Cárrega, abundante na região, a que se juntou a palavra Sal, uma vez que existiam num local chamado salinas, armazéns de sal.

Pertencendo o Concelho à região Demarcada do Dão e do queijo da Serra da Estrela, mantém-se a actividade vinícola, agora com características industriais.

1.4. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

1.4.1. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

Este estudo baseou-se na análise das pirâmides etárias representativas da estrutura etária da população residente nos anos de 1950, 60, 81 e 1991.

Com esta análise verificou-se que a população diminuiu, sobretudo as classes etárias mais jovens, enquanto que a classe etária da população mais idosa aumentou, o que tem como consequência o envelhecimento da população.

1.5. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

1.5.1. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA

Dos três sectores principais de actividade é o sector secundário e o sector terciário os mais privilegiados e os que canalizam maior número de habitantes no Concelho

1.5.2. CARACTERIZAÇÃO SECTORIAL ECONÓMICA

1.5.2.1 - SECTOR PRIMÁRIO

Sector que em 1981 assumiu grande importância no Concelho, dado que este se encontrava fundamentalmente ligado a actividades afectas a este sector.

Actualmente, embora ainda prevaleçam em algumas freguesias as actividades nele relacionadas, é um sector que se encontra em declínio.

1.5.2.2. SECTOR SECUNDÁRIO

Devido ao desenvolvimento do Concelho, o sector secundário assumiu grande importância no Concelho, apresentando valores acima da média da região onde se insere (região Centro).

1.5.2.3. SECTOR TERCIÁRIO

Contrariamente ao que se verifica na sub-região Dão/ Lafões e mesmo na região Centro, o sector terciário é significativo. É um sector predominante na sede do Concelho, lugar onde se concentram as actividades terciárias nomeadamente Serviços Públicos e Sociais.

1.6. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

1.6.1. ENSINO

Neste capítulo efectuou-se um estudo qualitativo e quantitativo dos estabelecimentos de ensino do Concelho e da sua distribuição espacial.

Assim, verificou-se que o Concelho de Carregal do Sal se encontra razoavelmente servido de equipamento escolar, visto que a tendência verificada é para uma diminuição da população escolar, devido à diminuição da taxa de Natalidade que se tem verificado ao longo destes últimos anos.

Contudo, pretende-se a melhoria do nível de cobertura do ensino Pré –primário dado que o existente funciona em condições provisórias.

1.6.2. SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL

No que se refere a este tipo de equipamentos, verifica-se que o Carregal do Sal encontra algumas deficiências neste tipo de equipamentos, surgindo necessidade de implementação de equipamentos ligados a estes sectores.

1.6.3. EQUIPAMENTO CULTURAL, RECREATIVO E DESPORTIVO

O equipamento e as actividades de ordem cultural têm um papel central em qualquer estratégia de desenvolvimento social e económico.

Assim, o Concelho de Carregal do Sal, no que concerne ao equipamento de cultura e recreio, possui uma Biblioteca Municipal, Associações Culturais e Recreativas, servindo estas últimas como locais de encontro, recreio e actividades culturais.

Contudo, dadas as características socio-económicas do Concelho, as Associações culturais e recreativas têm um papel importante como espaços recreativos e culturais em zonas afastadas dos centros urbanos.

Quanto ao equipamento desportivo, podemos referir que o Concelho se encontra actualmente bem servido

1.6.4. OUTROS EQUIPAMENTOS

Neste capítulo, foram analisados outro tipo de equipamentos cuja importância se torna significativa na caracterização do Concelho. Assim, foram analisados os seguintes âmbitos:

- Segurança Pública
- Correios e Telecomunicações
- Religioso
- Hoteleiro
- Administrativo

Pela análise efectuada parece-nos, de um modo geral, que satisfazem razoavelmente as necessidades do Concelho. No entanto, destaca-se o sector hoteleiro que se apresenta bastante deficitário na região.

1.7. CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA

1.7.1. INFRA ESTRUTURAS

No que diz respeito às infra-estruturas básicas, rede de abastecimento de água rede de drenagem de esgotos e rede eléctrica, podemos referir que o Concelho se encontra quantitativamente bem servido. Contudo, está previsto a curto prazo, a localização de mais uma Etar em Cabanas de Viriato para servir parte do aglomerado, dado que a existente já não é suficiente.

1.7.1.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Quanto à rede de abastecimento de água, foi elaborada uma planta onde se localizaram as áreas do concelho abrangidas bem como as captações existentes.

1.7.1.2. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Quanto à drenagem e tratamento de águas residuais, foi elaborada uma planta à escala 1/25000 em que se localizaram as Estações de Tratamento de Águas Residuais, os reservatórios, bem como a área drenada.

1.7.1.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Município de Carregal do Sal encontra-se inserido na Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) a qual possui um centro de recolha e tratamento integrado dos resíduos produzidos nesta região.

1.7.2. AGLOMERADOS URBANOS

Neste estudo foi efectuada um levantamento dos vários aglomerados, não só para sua caracterização mas também para verificar os índices de desenvolvimento e definir sentidos de expansão.

Assim, verifica-se que a expansão e melhoria da rede viária e ferroviária bem como a fixação de indústria, apresentam-se como fortes elementos dinamizadores do desenvolvimento.

1.8. USO DOMINANTE DO SOLO

Os elementos e estudos realizados tiveram como objectivo a diferenciação do uso e ocupação do solo

Assim surgiram e foram identificados usos, vocações e funções que permitiu a elaboração da Planta de Uso Actual do Solo

Nesta Planta de Zonamento são delimitadas e identificadas as seguintes classes de espaços:

- Edificado em geral
- Industrial
- Florestal
- Agrícola
- Agrícola pertencente à RAN
- Verde Urbano
- Rede Viária

Todos estes espaços encontram-se devidamente definidos no Regulamento do Plano

1.9. REDE RODOVIÁRIA

A estrutura viária apresenta-se como um importante vector no desenvolvimento de uma região.

Carregal do Sal possui importantes eixos Rodoviários e ferroviários que estabelecem ligação com grandes centros urbanos, são eles:

- IC12 – que estabelece ligação entre o IP3 e o IP5 Coimbra a Viseu (1)
- EN 337 – que estabelece ligação a Viseu
- E.N. 230 – que faz ligação a Tondela
- Electrificação da Linha da Beira Alta

(1) Esta via encontra-se devidamente identificada nas plantas, devido à importância que esta apresenta no Concelho

2. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO PLANO

Este capítulo destina-se a uma sintetização dos princípios básicos que estruturam a Planta de Ordenamento, o Regulamento e a Planta de Condicionantes

2.1. PLANTA ACTUALIZADA DE CONDICIONANTES

Esta Planta enuncia todo o conjunto de restrições administrativas ao uso do solo e possui os seguintes itens:

- RAN – Reserva Agrícola Nacional
- REN – Reserva Ecológica Nacional
- “Sítio do Carregal do Sal”
- Servidões Rodoviárias e Ferroviárias
- Zonas Especiais de Protecção a imóveis classificados
- Domínio Público Hídrico

- infra-estruturas Eléctricas
- Minas Pedreiras, Exploração de Inertes e Concessões Mineiras
- Marcos Geodésicos
- Edifícios Escolares e Edifícios Públicos

2.2. PLANTA DE ORDENAMENTO

Esta planta delimita espaços em função do uso dominante, estabelece unidades e subunidades operativas de planeamento de gestão que servirão de base ao desenvolvimento de Planos de Urbanização e de pormenor e indica os respectivos parâmetros urbanísticos. Os diversos espaços que constam desta planta são os seguintes:

- Espaços Urbanos
Áreas edificadas e infra estruturadas, bem como as áreas com aptidão para a edificação, espaços de equipamentos colectivos e espaços de verde público
- Espaços Industriais
Áreas destinadas a actividades transformadoras e serviços próprios
- Espaços agrícolas
Áreas que abrangem áreas de uso agrícola condicionado, ou que possuem potencialidade para uso agrícola
- Espaços florestais
Áreas onde predomina a floresta, a exploração florestal e vocacionadas para a floresta de uso múltiplo
- Espaços Canais
Área de uso e protecção de redes de infra estruturas

2.3. REGULAMENTO

O Regulamento está ordenado do seguinte modo:

- Capítulo I – Disposições Gerais
- Capítulo II – Condicionantes – Servidões e Restrições de Utilidade Pública
- Capítulo III – Uso Dominante do Solo
 - Secção I – Espaços Urbanos
 - Secção II – Espaços Urbanizáveis
 - Secção III – Espaços Industriais
 - Secção IV – Indústrias Extractivas
 - Secção V – Espaços Agrícolas
 - Secção VI – Espaços Florestais
 - Secção VII – Espaços Culturais
 - Secção VIII – Espaços Naturais
 - Secção IX – Espaços Canais

- Capítulo IV – Disposições Finais

3. PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO**3.1. TENDÊNCIAS RECENTES DE EVOLUÇÃO DO CONCELHO**

No contexto das grandes transformações em curso na Região Centro em geral e no Distrito de Viseu em particular, o Concelho de Carregal do Sal surge com uma vitalidade económica que à alguns anos atrás nada o fazia prever

Mantendo um estável e até saudável sector primário em que a vitivinicultura assume obviamente especial relevância surge com inusitada pujança o sector secundário com um quadro industrial já diversificado embora a indústria do imobiliário continue a ser preponderante

O comércio e os serviços serão porventura os sectores que mais lentamente estão a crescer embora seja de prever um desenvolvimento mais forte no sector

O aumento das acessibilidades interligando rápida e eficazmente o Concelho ao resto do País e a Espanha, está certamente por detrás deste súbito crescimento, dado que com o IC12 o Concelho surge como local privilegiado para a instalação de unidades industriais

O crescimento económico criou um crescimento do parque habitacional em que o número de fogos aumentou cerca de 1000 unidades nos últimos cinco anos permitindo a instalação de novos residentes. Será curioso verificar os números de licenciamentos de obras Municipais no período referido o que dá uma real visão do crescimento

	Novas licenças de construção	Novas licenças de habitabilidade
1995	47	61
1996	58	42
1997	50	100
1998	34	93
1999 (até Setembro)	33	49

Regista-se assim uma contínua tendência para o crescimento da Indústria no concelho, bem como a modernização do sector primário, essencialmente ao nível da vitivinicultura. Bastando dizer que as áreas industriais previstas no actual PDM estão totalmente ocupadas

A localização destas áreas permitiu essencialmente um rápido crescimento da Freguesia de Currelos, onde se encontra a Vila de Carregal do Sal

Será pois de prever que a criação de novas áreas industriais nas Freguesias de Oliveira do Conde e Cabanas de Viriato, irão criar novos meios para o desenvolvimento destas áreas

3.2. O CONCELHO NO QUADRO REGIONAL – REGIÃO CENTRO

No final da década de 80 a Comissão de Coordenação da Região Centro fazia publicar o Programa de Desenvolvimento Regional para a Região, referindo expressamente que a identificação dos objectivos globais para a Região Centro seria determinado, tendo em conta a distribuição espacial dos agentes e das actividades regionais, bem como a procura de um maior equilíbrio e harmonia na sua distribuição futuras, reconhecendo haver condições mais favoráveis ao crescimento no Litoral da Região de maior concentração populacional e onde predominam as economias externas

A estratégia de desenvolvimento da Região Centro é entendida por forma a dever procurar mobilizar o mais plenamente possível todos os factores endógenos e também não deverá deixar de atender à possibilidade de atracção de factores exógenos à região que poderão gerar importantes efeitos multiplicadores

Foi pois este documento que suportou uma opção política de estratégia de desenvolvimento para a Região com sucessivos desenvolvimentos

Posteriormente no Documento Estratégico denominado PREPARAR PORTUGAL PARA O SEC. XXI – o Governo de Cavaco Silva apontava como grande opção e linha estratégica de acção para preparar Portugal para a competição numa economia global o reduzir as assimetrias regionais de desenvolvimento, mobilizando as potencialidades próprias propondo a transformação do interior até às regiões fronteiriças pelo desenvolvimento do potencial endógeno, pela articulação com o litoral, pela exploração das potencialidades do mercado espanhol e pelo reforço da malha das Cidades intermédias

Este desenvolvimento é proposto a partir da exploração de cinco potencialidades:

- 1.- a realização de um conjunto de itinerários rodoviários permitindo ligar o litoral a Espanha
- 2.- as novas vantagens de localização industrial
- 3.- a criação de grandes infra estruturas de armazenagem e/ou de transferência de recursos hídricos
- 4.- o prosseguimento de políticas de desenvolvimento e equipamento da malha de Cidades de dimensão intermédia
- 5.- o lançamento de iniciativas de apoio ao desenvolvimento rural

Todos estes objectivos ficaram consubstanciados no Plano de Desenvolvimento regional que enquadrava as negociações do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999)

O desenvolvimento Concelhio de Carregal do Sal é bem um exemplo de validade de algumas iniciativas genericamente expressas

Pela realização de novos itinerários rodoviários interligando o Litoral a Espanha, o Concelho conhece as vantagens anunciadas da localização industrial

Quanto às questões relacionadas com os recursos hídricos, é bem claro que a Barragem da Aguieira potencia a instalação do terciário, desenvolvendo o comércio e o turismo

O reforço da estrutura das médias cidades referenciando directamente Viseu proporciona uma estruturação mais eficaz no território em que a ligação do Concelho à sede do Distrito assume novas componentes e benefícios

Por último as iniciativas de desenvolvimento rural proporcionadas pelos programas específicos LEADER E INTERREG tem sido factores determinantes na modernização do mundo rural em que o Concelho se insere

É justo realçar o papel da Associação de Desenvolvimento ADICES nestes propósitos com êxitos visíveis nestes domínios

Estamos pois perante um Concelho em desenvolvimento integrado na sua Região, tirando partido da sua localização estratégica em face das novas componentes económicas e das acessibilidades

3.3. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

3.3.1. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DO DESENVOLVIMENTO CONCELHIO

A caracterização do Concelho conduz de uma forma sintética à enumeração de condicionantes específicas do desenvolvimento nos diversos sectores da actividade económica

As melhorias das acessibilidades potencia de uma forma profunda a implantação de indústrias nos mais diversos sectores, todavia não pode ser esquecida a tradição da zona e o seu “know how” específico relacionado com a indústria do mobiliário

A inclusão na Região Demarcada do Dão permite a florescente actividades vinícola encontrando-se no Concelho algumas das principais indústrias e entrepostos Comerciais de toda a Região

As potencialidades paisagísticas decorrentes da Bacia Hidrográfica do Mondego e que no caso vertente inclui dois importantes elementos, o próprio Rio Mondego e o Rio Dão, bem como a Barragem da Aguieira, assumem especial importância num quadro de desenvolvimento turístico e de serviços, o que já se começa a sentir em face dos empreendimentos turísticos e hoteleiros já aprovados e a iniciar em breve, totalizando já cerca de 350 camas previstas

3.3.2. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

Neste contexto e no quadro das opções possíveis para o Concelho a aposta parece estar no aprofundamento do sector secundário tirando partido da sua localização estratégica, bem como a modernização da agricultura na sua forte vertente vinícola e apoiando o desenvolvimento das actividades terciárias

Assim, e tendo em conta uma visão integrada do desenvolvimento do Concelho existem condições para uma aposta nas seguintes vertentes:

- 1.- Desenvolvimento do Parque Industrial Concelhio com a criação de novos pólos industriais junto ao IC12 ou de fácil acesso ao mesmo
- 2.- Desenvolvimento da agricultura com especial relevo ao sector vinícola com a modernização de culturas e a qualificação do produto final
- 3.- a atracção do terciário em especial do turismo beneficiando da proximidade à barragem da Aguieira e à Serra da Estrela
- 4.- Afiramar o Concelho como espaço residencial de qualidade potenciando os valores patrimoniais e paisagísticos e tirando partido das rápidas acessibilidades aos Centros Regionais mais próximos – Viseu e Coimbra
- 5.- Desenvolvimento de serviços qualificados às populações designadamente nas áreas de saúde, desporto, recreio e lazer

Estes desígnios são previstos como um todo integrado de objectivos a serem realizados a médio prazo estando já em curso alguns deles

3.3.3 OBJECTIVOS DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Enunciados que estão os principais vectores estratégicos para o desenvolvimento Concelhio o PLANO DIRECTOR MUNICIPAL deverá Ter como principal prioridade a criação dos mecanismos para a sua viabilização

São objectivos fundamentais do PDM:

- Melhorar as condições de vida das populações do Concelho
- Desenvolvimento económico Concelhio
- Qualificar o espaço ambiental natural e edificado
- Salvar os valores patrimoniais naturais e edificados
- Afiramar Carregal do Sal como território de qualidade de vida

3.4. PROPOSTAS SECTORIAIS

3.4.1. – REDE VIÁRIA

Neste sector são previstas as seguintes actividades:

- Alargamento e Pavimentação de arruamentos
- Conservação e reparação das Estradas Municipais e Estradas Nacionais 230, 337 e 635
- Reabilitação da E.N. 234
- Construção de passeios e muros de vedação
- Abertura de caminhos florestais

3.4.2. – TRANSPORTES

Este sector apresenta-se bastante deficitário, principalmente no que diz respeito à deslocação da população para concelhos vizinhos. Assim estarão presentes iniciativas conducentes à criação de uma rede de transportes colectivos interligando todo o Concelho bem como a ligação aos Concelhos vizinhos.

3.4.3. – INFRA-ESTRUTURAS URBANAS

Neste sector as propostas estão vocacionadas para a construção de infra-estruturas das áreas industriais propostas bem como a conservação e reparação e ampliação das redes existentes.

3.4.4. – AMBIENTE

No sector do ambiente as propostas são exclusivamente destinadas à ampliação, conservação e reparação de ETAR's e ainda a ampliação da rede de águas existente.

3.4.5. – EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

Quanto aos equipamentos colectivos está proposta a construção do Polo da Associação Portuguesa de Paralesia Cerebral (obra já adjudicada) e a Escola Profissional. Pretende-se ainda a criação de um Tribunal e um cinema.

3.4.6. – HABITAÇÃO

Dadas as carências económicas da população do Concelho, pretende-se executar a longo prazo a realização de habitação social.